

Universidade Federal de Goiás

Faculdade de Educação Física

Laise Nolêto Faleiro

**AS CONDIÇÕES DE TREINAMENTO DOS ESPORTES
PARADESPORTIVOS COLETIVOS DE GOIÁS.**

Goiânia

2016

Laise Nolêto Faleiro

**AS CONDIÇÕES DE TREINAMENTO DOS ESPORTES PARADESPORTIVOS
COLETIVOS DE GOIÁS.**

Monografia submetida à Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás como requisito para finalização do curso de Graduação em Educação Física Licenciatura.

Orientador: Profa. Dra. Vanessa Helena Santana Dalla Déa

Goiânia


2016

Laise Nolêto Faleiro

**AS CONDIÇÕES DE TREINAMENTO DOS ESPORTES PARADESPORTIVOS
COLETIVOS DE GOIÁS.**

Esta monografia foi aprovada em sua forma final

Goiânia, 18 de fevereiro de 2016.



Profa. Dra. Vanessa H. Santana Dalla Déa

Profa. Dra. Vanessa Helena Santana Dalla Déa

Orientador (a)

Dedico este trabalho aos meus pais
aos meus professores e alunos que
contribuíram para este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por mais uma etapa cumprida, aos meus pais, por todo apoio ao longo de toda caminhada de formação, aos professores e aos meus alunos que muito colaborarão na minha conquista de concluir o curso e possibilitaram mais experiência e conhecimento.

RESUMO

Este trabalho é pesquisa de natureza qualitativa, que tem como objetivo apresentar as condições de treinamento das equipes de vôlei sentado, basquetebol em cadeira de rodas e futebol de amputados em Goiás. Foi realizado por meio de entrevista semiestruturada com três treinadores em seus locais de atuação. Os resultados indicam que dois dos treinadores não tem formação superior e iniciaram como atletas da modalidade, sendo que estes relatam a dificuldade de encontrar professores de Educação Física formados interessados no paradesporto. Verificamos ainda a necessidade de palestras e formação no estado de Goiás.

Palavras-chave: Esporte coletivo. Deficiência.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	7
2	METODOLOGIA	22
3	REVISAO DE LITERATURA	11
3.1	ALGUNS DADOS RELEVANTES DO ESPORTE PARALÍMPICO	11
3.2	ESPORTE PARA PESSOAS COM DEFICIENCIAS	18
4	RESULTADOS E DISCUÇÕES	24
5	CONCLUSÃO	33
6	BIBLIOGRAFIA	35
7	ANEXO	38

INTRODUÇÃO

A história do esporte para as pessoas com deficiências inicia-se com o fim da segunda guerra mundial para oferecer melhor qualidade de vida a um grande número de soldados que ficaram com sequelas tais como, amputações e lesões medulares. Sendo que nos países mais desenvolvidos foram criados grandes centros de reabilitações (CASTELLANO, 2011).

O esporte paradesportivo no Brasil inicia-se posteriormente e consegue avançar dentro do cenário nacional e internacional com a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro. Isso pode ser percebido no crescente número de medalhas conquistadas nas competições (PENA, 2013).

Segundo Balbino (2005, p.7), “os jogos desportivos coletivos compõem-se de uma manifestação do esporte onde várias metáforas da vida formam o seu rico potencial educativo para o desenvolvimento humano”.

Para Brazuna e Decastro (2001) o paradesporto é um importante evento social, pois proporciona para as pessoas com e sem deficiências uma visão diferenciada e positiva da pessoa com deficiência. Relata ainda que é inquestionável que proporciona melhor qualidade de vida envolvendo aspectos pessoais e relacionais.

Pena (2013) relata a falta de condições financeiras, técnica, de formação, entre outras fragilidades do paradesporto no Brasil. No entanto são raras as pesquisas no paradesporto no estado de Goiás.

Assim sendo esse trabalho tem como objetivo: identificar as condições de treinamento e acessibilidades de algumas modalidades paradesportivas do estado de Goiás.

O trabalho ainda tem como objetivos específicos:

Conhecer o perfil e formação dos treinadores responsáveis; verificar a percepção destes quanto ao conhecimento que possuem; analisar os espaços físicos; Verificar como ocorre a inserção das pessoas com deficiência no esporte; compreender a forma de financiamento e apoio; elencar conteúdos

que os técnicos sentem necessidade de aprimorar; e sinalizar necessidades de aproximação da universidade com estas equipes.

Metodologia

Este estudo trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa. Segundo Thomas e Nelson (2002) “é um método sistemático de investigação, que segue o método científico de resolução de problemas”. Para Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa de campo tem como objetivo adquirir determinado conhecimento sobre um problema específico ou buscar descobrir um novo fenômeno.

Para responder a questão problema serão investigadas três equipes de modalidade paradesportivas, sendo elas vôlei sentado e basquete em cadeira de rodas, modalidades estas que já estão nos jogos paraolímpico e o futebol de amputados que ainda não está como modalidade paralímpica, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os técnicos das modalidades.

O vôlei sentado praticado em Goiás é localizado na sede da associação de pessoas com deficiências, um espaço coberto onde tem a marcação da quadra de vôlei sentado e a rede, este espaço é utilizado para outras atividades. Já a prática do basquete em cadeira de rodas acontece em um ginásio em uma região mais periférica da cidade. O futebol de amputados os treinamentos são realizados na cidade de Aparecida de Goiânia, lá é um lugar amplo com vários campos.

Na entrevista as duas primeiras perguntas estão relacionados com formação e cursos complementares dos treinadores, as próximas duas são relacionadas com o número de atletas e como chegam à prática esportiva, as seguintes abordam como é a forma de financiamento e incentivo para manter as equipes, em seguida qual a opinião sobre o local de treinamento, e por último a respeito de avaliações periódicas e dificuldades pedagógicas.

Para a realização da entrevista semiestruturada foi utilizado um gravador áudio, logo em seguida feito a transcrição dos dados e uma análise qualitativa e quantitativa das respostas dadas pelos técnicos das práticas estudadas. Os dados e algumas falas foram transcritas para enfatizá-los.

Após a realização das entrevistas foi feita análise dos dados obtidos, esta é de forma qualitativa, segundo Ludke e André, 1986 pg. 45

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 AGUNSDADOS RELEVANTES DO ESPORTE PARALÍMPICO

Para iniciar o presente estudo buscou-se nos primórdios dos jogos de competições olímpicos e paralímpicos, com a finalidade de contextualizar e compreender como começou, e em qual situação se encontra atualmente.

Segundo Miranda (2011) os jogos olímpicos surgiram na Grécia antiga na cidade de Olímpia. Neste princípio era uma forma de culto aos deuses, e somente homens perfeitos, gregos e livres poderiam participar. Estes jogos tem fim por volta de 394 a.C. por uma determinação do imperador Teodósio I.

Os jogos olímpicos é uma forma antiga para evidenciar as disputas entre os homens buscando-se ultrapassar os limites do próprio corpo e assim exaltar a força como padrão e ainda o aperfeiçoamento da beleza corporal.

E de acordo com Marques *alt.et.* (2009) os jogos olímpicos retornam no fim do século XIX, e desta vez é elaborado por um barão de nome Coubertin, começando de forma amadora, com o objetivo de elevação da cultura da nobreza. Destaca-se que é exaltado as qualidades do corpo, espírito e mente no esporte.

Para Hardt (2011) os jogos olímpicos é uma forma de representação da sociedade moderna, que também prioriza as aparências, valorizando as competições e os vencedores, e assim constroem padrões excludentes.

Até este ponto da história observa-se que há uma exclusão, pois a essência dos jogos olímpicos é a busca da perfeição, como representação da força da sociedade. No entanto as pessoas com deficiências não eram consideradas por essa sociedade, por essa razão eram excluídos do esporte. Segundo Rosadas (2000, in Araújo ,1997), *“deficiência e desporto, o inverso buscando a eficiência em uma sociedade indiferente com os diferentes”*.

Na história da humanidade as pessoas com deficiência foram tratadas de formas diferentes, mas elas eram excluídas da sociedade. Na antiga Roma as

peças com deficiências eram sacrificadas para que não contaminassem a população (HARDT, 2011).

O esporte praticado para pessoas sem deficiências perpetua a tradição de competição desde os primórdios da sociedade se aperfeiçoando e ganhando espaços. Já o esporte praticado por pessoas com deficiência começa a sua prática e atividades de competição mais recente, apesar disso percebe-se grandes conquistas.

De acordo com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB, 2013) um dos centros de reabilitação é o Centro Nacional de Lesionados Medulares de Stoke Mandeville na Inglaterra, onde se destaca o neurocirurgião alemão Dr. Ludwig Guttmann que iniciou o trabalho de reabilitação médica e social com alguns combatentes lesionados.

Segundo Marques et.al. (2009) o Dr. Ludwig Guttmann usou como uma das formas de reabilitação a prática esportiva. Em 29 de julho de 1948 acontece o primeiro “Stoke Mandeville Games” onde participaram 16 pessoas paraplégicas, sendo 14 homens e 2 mulheres, nesta edição dos jogos disputou-se arco e flechas.

Em 1952 acontece a 2ª edição “Stoke Mandeville Games”, mas dessa vez ex-soldados holandeses se uniram para participar dos jogos, e junto com os ingleses fundaram a Internacional Stoke Mandeville Games Federation (ISMGF), e assim se deu o princípio do movimento esportivo internacional, tornando-se depois a base do que é conhecido como parolimpíadas (MARQUES et.al, 2009).

A partir dos jogos descritos, que começaram de forma interna no hospital de Stoke Mandeville, as pessoas com deficiências se associam e começam a ganhar espaço na sociedade esportiva com apoio de seus países. E por meio de organizações crescem em número de modalidades e praticantes.

Como afirma Miranda (2011) a organização e a regulamentação ficava a cargo dos funcionários do hospital de Stoke Mandeville. Com a criação da ISMGF, esta última é que passa a organizar os jogos.

Segundo o Instituto Muito Especial (2008) em 1960 aconteceram os primeiros jogos denominados de “Olimpíadas para Portadores de Deficiências”, este

foi realizado em Roma, na Itália, nas mesmas instalações da XVI Olimpíada. É importante ressaltar que a olimpíadas para pessoas com deficiências acontece após as olimpíadas tradicionais. Os jogos neste ano contaram com a participação de 400 atletas de 23 países com lesões medulares. E desde então este evento passa a se chamar Paraolimpíada e acontece de 4 em 4 anos acompanhando os jogos olímpicos.

De acordo com Marques et. al. (2009) nos jogos paralímpicos de Toronto no Canadá houve a inserção de pessoas com deficiências visual e amputados. E a partir do ano de 1980 na Holanda houve a inclusão de pessoas com paralisia cerebral.

Além dos jogos paralímpicos também surgem outros jogos internacionais de destaque para pessoas com deficiências, sendo: as paraolimpíadas de inverno em 1976 na Suíça, os jogos de verão até 1992, que foi ajustado com o ciclo de acompanhamento aos jogos tradicionais. Da mesma forma, o Parapan-americanos ocorre logo depois (MARQUES et. al, 2009).

Os jogos paralímpicos e os jogos olímpicos acontecem nos mesmos locais e usando as mesmas estruturas para as realizações das provas. No entanto, ocorrem depois das olimpíadas convencionais e não tem a mesma repercussão que estas.

Segundo CPB (2013) vale ressaltar que mesmo antes de 1945 há relatos de jogos para pessoas com deficiências como: a criação de clubes esportivos para pessoas surdas em Berlim na Alemanha, e nos EUA a escola School of Deaf, de Ohio que foi a primeira a oferecer beisebol para pessoas surdas. Em 1924 realizou-se os primeiros jogos internacionais para pessoas com deficiência auditiva, denominada jogos do silêncio, que aconteceu na França. Nas paraolimpíadas nunca existiu uma categoria específica exclusiva às pessoas surdas, sendo que estas participavam das olimpíadas com pessoas ouvintes.

Como afirmam Marques et. al (2009) com o grande número de lesionados medulares resultado das guerras, muitos outros centros esportivos surgem pelo continente. Os americanos adquiriram grande conhecimento de esporte para pessoas com deficiências e formam uma equipe de basquete na cadeira de rodas chamada de "Rodas Voadoras". Esta equipe fez diversas apresentações pelo país

que culmina na fundação do Programa de Reabilitação Desportiva do Governo Americano.

Observa-se que a história do paradesporto no Brasil começou ainda mais recente do que em outros países e seu início é influenciado pelo Estados Unidos, onde tem o destaque do basquete em cadeira de rodas. E é por onde o esporte paralímpico do país vai iniciar e ter suas primeiras conquistas.

Segundo CPB (2013) no Brasil, neste período ainda não existiam os grandes centros de recuperação como na Europa e nos Estados Unidos da América. Em território nacional, o número maior de pessoas com lesões medulares e outras sequelas decorrem não das guerras e sim da violência no trânsito. Para Hardt (2011): “o Brasil esta entre os primeiros com maior índice de acidentes de trabalho e de trânsito... ao permanecerem vivos adquirem sequelas de maior ou menor grau”.

Conforme Winckler (2012) o marco do Brasil no esporte paralímpico se deu com retorno de duas pessoas que estavam em tratamento nos Estados Unidos da América. E ao retornarem para o país, Robson Sampaio de Almeida, fundou no Rio de Janeiro o Clube do Otimismo. E em seguida Sergio Saraphin Del Grande criou o Clube dos Paraplégicos de São Paulo. Os dois clubes foram criados no mesmo ano em 1958.

Segundo o comitê paralímpico do Brasil, em 1959 o Maracanã recebe o primeiro jogo de basquete em cadeiras de rodas, um jogo entre paulistas e cariocas onde os paulistas venceram. E o país parte então para sua primeira participação internacional na II edição do Parapan-americano que ocorreu em Buenos Aires, na Argentina, em 1969. (CPB, 2013)

Conforme CPB (2013) o país se prepara para participar da segunda edição dos jogos Parapan-americanos em 1975 no México, mas por falta de comunicação e organização o Brasil envia duas equipes para mesma disputa. De acordo com Miranda (2011) este fato evidenciou a necessidade de se criar uma entidade que organizasse o esporte paraolímpico nacional.

Segundo Miranda (2011):

Assim sendo, nesse mesmo ano fundou-se a Associação Nacional de Desporto de Excepcionais, atual Associação Nacional de Desporto de

Deficientes _ ANDE. Em 9 de fevereiro de 1995 é fundado o Comitê Paralímpico Brasileiro- CBP, entidade máxima do esporte paralímpico nacional com sede na cidade de Niterói RJ. No dia 19 de junho de 2002 sua sede foi transferida para Brasília.

Nota-se que mesmo o Brasil tendo o seu início do esporte paraolímpico depois de muitos outros países, este vem avançando em conquistas, com o grande número de medalhas que sempre traz nas parolimpíadas, um número maior de pessoas praticando diversas modalidades, mas ainda requer mais organização, incentivo, apoio e melhores condições de treinamento.

Três anos mais tarde, o Brasil é o país que se torna sede do Parapan-americanos. E depois disso o esporte nacional paralímpico teve um grande crescimento (CPB,2013). A partir daí, são criadas quatro associações: Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC); Associação Brasileira de Desporto em Cadeiras de Rodas (ABDCR); Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Mentais (ABDDM); Associação Brasileira de Desporto para Amputados (ABDA).

Um marco de avanço das instituições foi no ano de 1981 com a união Internacional da Pessoa com Deficiência, definido pela a ONU, que a partir daí houve por parte do governo uma movimentação para melhorar a qualidade de vida e oportunidades para práticas esportivas voltadas para pessoas com deficiências. O esporte adaptado passa a ser alvo de pesquisas acadêmicas e assim ocupa espaço em congressos para discutir o assunto (PENA, 2013).

Segundo MARQUES et. al, (2009, p.369).

A sociedade contemporânea se depara com o fenômeno esportivo como objeto heterogêneo muito presente em seu cotidiano, e suas várias formas de manifestação em diversas expressões e interpretação cultural.

Sendo o esporte uma das formas de representações da sociedade, as associações para pessoas com deficiências, buscam por meio de o paradesporto promover uma maneira de igualdade para as pessoas com deficiências, as quais nos registros históricos sofriam exclusões.

O esporte paraolímpico é um fenômeno esportivo, mas é voltado para uma parte não midiática que é o desporto para pessoas com deficiências. Miranda (2011) comenta que “o esporte adaptado certamente ainda carece de divulgação (...)

impossibilitando que muitos indivíduos com algum tipo de deficiência tenham acesso à prática esportiva e que usufruam de seus benefícios”.

Segundo Gorgatti (2005) o esporte adaptado pode ser definido como um esporte criado especificamente ou modificado para adaptar as necessidades únicas do indivíduo com deficiência, sendo que por meio deste ele poderá ser integrado participando e competindo junto com quem tem ou não deficiência, ou de forma segregada em uma situação que este compete e participa só com pessoas com deficiências.

De acordo com Winckler (2012) a década de 80 foi marcada como a era do “justo e não igual”, uma época que se obteve mais investimento nas paraolimpíadas que por consequência ganhou mais visibilidade, além de dar uma voz política aos seus representantes. Foi um prelúdio para os crescentes avanços no paradesporto, e ganhos em políticas que favoreceram melhor qualidade de vida aos praticantes.

Segundo Marques alt.et. (2009, p.369)

O princípio da inclusão consiste na incorporação de corpos que encontram fora dos padrões de normalidade (física, fisiológica, comportamental, social) estipulados por determinado grupo social, e que necessitam de superação e compreensão daqueles inseridos nos padrões de normalidade para serem aceitos.

Atividade física adaptada tem o objetivo de integrar e aplicar fundamentos teórico-práticos das várias disciplinas da motricidade humana, destinado a todos os indivíduos e idades (CASTRO, 2011).

Em se tratando de esporte adaptado, Rosadas (2000) afirma que é preciso considerar fatores tais como, qual a deficiência e o grau; “faixa etária a que se destina; desenvolvimento cognitivo e motor das pessoas “portadoras” de deficiência; motivações; e condições sócias – econômicas e culturais”.

Conforme Winckler (2012, p.6):

O termo paraolímpico é uma associação entre o prefixo grego “para”, que significa paralelo, e o termo “olímpico”, que segundo IPC (2010b), representa a condição paralela entre os jogos olímpicos e paraolímpicos”. E embora, muitas vezes, a palavra “paralimpicos” tenha sido usado para representar o movimento olímpico das pessoas paraplégicas, essa nunca foi considerada a versão oficial.

Conforme Miranda (2011) as primeiras modalidades esportivas para pessoas com deficiência, foram desenvolvidas em Stoke Mandeville: dardos, sinuca, punch-ball (dar soco na bola suspensa), skittles (forma de boliche) em seguida o polo em cadeiras de rodas que foi adaptado e se torna o que é hoje basquete em cadeira de rodas e o tiro a alvo.

E após o ano de 1976, muitas outras modalidades surgem, pois os jogos paralímpicos não mais são apenas para pessoas com lesões medulares, mas participam também atletas cegos e com paralisia cerebral (MIRANDA, 2011).

3.2 ESPORTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

O esporte paradesportivo é dividido por modalidades e classificação segundo sua deficiência e cada esporte define o sistema de classificação, com base nas habilidades funcionais, identificando as áreas chaves que afetam o desempenho à performance básica do esporte escolhido. (WINCKLER, 2012).

Nas parolimpiadas para esta classificação é formado um comitê com três profissionais da área da saúde: médico, fisioterapeuta e profissional de Educação Física. E faz parte das regras dos jogos esta classificação, com objetivo de tentar garantir justiça nas disputas.

Conforme esta disposto no (CPB) a avaliação feita pelo médico consiste em averiguar qual é a patologia do atleta, e também como sua inabilidade pode afetar a função muscular necessária para determinado movimento, essas informações são passadas em forma de fichas apropriadas que posteriormente é arquivadas junto a CPB no banco de dados.

De acordo com (CPB) a avaliação funcional é feita pelo fisioterapeuta, sendo que são realizados “teste de força muscular, amplitude do movimento articular, também a mensuração de membros e de coordenação motora, destacando resíduos musculares utilizados para performance na prova.”

Segundo o (CPB) a parte de avaliação técnica é do profissional de educação física, em que consiste na demonstração da prova utilizando as adaptações necessárias, e neste caso são observados os grupos musculares para realizar os movimentos, e também a técnica e a prótese e a órtese utilizada.

De acordo com Castellano (2001), a fim de buscar o equilíbrio entre as equipes, os jogadores têm classificações diferentes e por isso foi necessário criar um sistema de classificação para cada modalidade esportiva.

E essa forma de classificação serve para definir se o atleta é elegível para a modalidade pretendida. A exemplo o jogo de bocha, conforme o (CPB) os jogadores com paralisia cerebral são classificados como CP1 ou CP2 e são elegíveis para essa esse esporte com outras deficiências severas (como distrofia muscular), e a depender da classificação funcional:

- BC1: para CP1 e CP2. Podendo os atletas competirem com auxílio de ajudantes, que devem permanecer fora da área de jogo. Neste caso os assistentes apenas podem estabilizar ou ajustar a cadeira de rodas do jogador e entregar a bola.
- BC2 para atletas CP2. Neste os atletas não recebem ajuda do assistente.
- BC3 para os jogadores com deficiências muito severas. Os competidores usam dispositivos dos auxiliares, esses podem ser ajudados por uma pessoa, esta deve permanecer na área de jogo do atleta, mas se mantendo de costas para os juízes e evitar olhar para o jogo.
- BC4 neste jogadores com outras deficiências severas, mas não pode receber auxílio.

Basquetebol de cadeiras de rodas:

Como citado anteriormente o basquete em cadeira de rodas é uma adaptação do basquete convencional. Os primeiros registros relatam que o início na Inglaterra aconteceu por volta de 1944, este era usado como forma de tratamento no Hospital de Stoke Mandeville. (WINCKEL, 2012). Porém no manual do professor de Educação Física “paraolímpicos do futuro” do CPB é possível verificar que o basquete em cadeiras de rodas teve seu início nos Estados Unidos da América no ano de 1945.

Como afirma Castellano (2001) o basquete sobre cadeira de rodas surgiu com jogadores que possuíam lesões na medula e se encontravam internados no Estados Unidos da América no hospital Veteranos Administration em processo de reabilitação. E quando pessoas com outras deficiências começaram a se interessar pela participação desse esporte, inicia-se a fórmula de classificação. No ano de 1947, nos EUA, esta classificação se concretiza com o surgimento dos times.

Como já foi citado anteriormente os precursores da modalidade do basquete em cadeiras de rodas foram os atletas Sérgio Del Grande e Robson Sampaio de Almeida quando retornam ao Brasil após fazerem tratamento de reabilitação nos Estados Unidos da América.

Para Decastro, Tolo e Cidade (2011) as regras da modalidade paraolímpica do basquete em cadeira de rodas são estabelecida pela IWBF (Internacional Wheelchair Basketball Federation), as regras são próximas as regras do basquete convencional. As medidas da quadra são as mesmas, a altura da cesta também não tem alteração e o jogo tem duração de 40 minutos.

O que diferencia o basquete em cadeira de rodas para o basquete convencional é o fato de jogar sentado em uma cadeira, no basquete convencional quando se solta a bola ou se lança um arremesso na cesta, o atleta deve sempre manter o pé atrás da linha, no basquete em cadeira de rodas é levado em conta o centro de gravidade do corpo do atleta sendo que o que deve ficar atrás da linha é a roda de traz e outras regras específicas.

Segundo Hardt (2011):

Define o basquete como sendo um desporto que exige uma técnica apurada e um bom condicionamento físico, raciocínio e movimentos rápidos. Além desses aspectos, o jogador de basquete sobre rodas deve ter habilidade na cadeira de rodas.

O sistema de classificação funcional do basquete em cadeira de rodas, constituía em categorização básica a seguinte estrutura: dividindo em quatro classes, somando 14 pontos para manter o equilíbrio entre as equipes. (CASTELLANO, 2001). Sendo:

- Classe 1 acima da T7 1ponto.
- Classe 2 T8 – L1 2 pontos
- Classe 3 L2 - L5 3 pontos
- Classe 4 S1 – S2 4 pontos

No caso do basquete em cadeira de rodas, pode participar pessoas com traumatismo medular, amputação sequelas de poliomielite ou algum outro tipo de comprometimento motor que impossibilita participar do esporte convencional.

O técnico da equipe tem que estar atento para a formação de seu grupo, este não pode ter em quadra uma pontuação maior de 14 pontos do sistema de classificação, esta pontuação é a soma de todos os pontos dos 5 jogadores em quadra, se exceder a equipe é punida com uma falta técnica (GORGATTI, COSTA, 2005).

Um jogador de basquete na cadeira de rodas não pode dar mais de dois impulsos sem fazer o drible fazendo isso ele pode repetir a sequência quantas vezes forem necessárias, desde que não exceda o tempo de 8 segundos para passar a quadra de defesa, e 24 segundos para finalizar um ataque que é o tempo de direito da posse de bola (WINCKLER, 2012).

Para manter a igualdade do jogo os atletas que tem pontuação mais alta classificação funcional não podem realizar algumas táticas tais como: retirar o quadril da cadeira, estender os joelhos, levantar ambas as rodas traseiras do chão, prender a bola entre as pernas, pular com a cadeira de rodas sem as mãos estarem nos aros (WINCKLER, 2012).

Voleibol sentado:

O voleibol encontra-se entre os três esportes mais disseminados em todo o mundo, e dentro do Brasil é a segunda modalidade mais popular e praticada pela população, isso porque é um esporte vencedor com grande número de medalhas e tem um destaque pelos os meios de comunicação, com divulgação e cobertura dos jogos nacionais e internacionais, o que contribui para que milhões de pessoas participem de forma direta ou indiretamente. (MIRON, 2011)

O vôlei é um esporte da era moderna com data de sua criação de 1895 nos Estados Unidos da América e idealizado por um diretor de Educação Física na Associação Cristã de Moços (MIRON, 2011).

Na Holanda tem início ao primeiro clube esportivo para pessoas com deficiência no ano de 1953, Athletics e Sitzball com origem na Alemanha. A modalidade Sitzball é um esporte que se pratica sentado no chão, mas foi considerado muito passivo (GIOIA; PEREIRA, 2008).

No ano de 1956 o Comitê Alemão de Esporte apresentou um novo jogo, com o nome de voleibol sentado, que é uma junção do Sitzball com o voleibol convencional. Já em 1979 em Toronto na paralimpíadas o vôlei sentado aparece pela primeira vez, mas apenas como jogo de exibição (GIOIA; PEREIRA, 2008)

Quatro anos mais tarde na paralimpíada de Holanda é que o vôlei para pessoas com deficiências entra oficialmente considerado como modalidade

paralímpica. Nessa época a modalidade ainda não estava constituída como atualmente, pois jogavam pessoas em pé e pessoas sentadas, permanecendo assim até o ano de 2000. Em Atenas o Comitê Paralímpico Internacional define que a modalidade será jogada somente por pessoas sentadas. Esta modalidade é praticada por pessoas que apresentem comprometimento locomotor tais como: amputação, paralisia cerebral, lesionados medular e outros. Como todas as outras modalidades, os atletas do vôlei sentado também participam de uma avaliação funcional (CPB, 2013).

O vôlei sentado é semelhante ao voleibol convencional sendo que cada equipe tem em quadra 6 jogadores, a uma rede dividindo as equipes. O jogo é disputado em 5 sets (quatro com disputa de 25 pontos e um com 15 pontos) a equipe vencedora é a que ganhar 3 sets (CPB, 2013).

A quadra tem as dimensões de 10 metros de comprimento com 6 metros de largura. A rede fica na altura de 1,15 metros no masculino e no feminino é 1,05 metros. Em jogos os atletas devem sempre manter o contato com o chão em todas as ações de jogo, salvo no momento de deslocamento (CPB, 2013).

Segundo Miron (2011, p. 129):

Além do desenvolvimento do voleibol sentado como esporte de competição, a facilidade e a possibilidade de adaptação do mesmo, no que diz respeito ao local, material, número, habilidade e sexo dos participantes, conferem a ele inúmeras vantagens para ser desenvolvido nas dimensões de educação e lazer.

No Brasil o vôlei sentado tem início no ano de 2002 em um torneio com três equipes no estado de São Paulo na cidade de Mogi das Cruzes. No ano seguinte foi realizado o primeiro campeonato brasileiro de vôlei sentado, que integrou sete equipes (WINCKLER, 2012).

Futebol de amputados:

Entre os esportes mais populares e difundidos em todo mundo encontra-se o futebol, e no Brasil é também um dos mais populares, praticado e visto por grande parte da população. E contrário ao futebol convencional, o futebol de amputados não

tem a mesma atenção e nem divulgação, o que faz com que poucas pessoas conheçam a modalidade. E apesar disso o futebol de amputados é praticado desde 1985 em vários países e com competições internacionais (GOMES, RIBEIRO, SOARES, 2005).

A modalidade tem início no Brasil no ano de 1989, e começa a participar das competições mundial, com resultados expressivos pois com frequência fica entre os 4 melhores seleções e no ano de 2001 o país conquista o tricampeonato mundial (GOMES; RIBEIRO; SOARES, 2005).

Em 1987 na cidade de Seattle nos Estados Unidos da América aconteceu a primeira copa do mundo da modalidade futebol de amputados. Dois anos depois o Brasil faz sua primeira participação e já nesta estreia conquista o 3º lugar, nesta competição a seleção brasileira jogou com as equipes da Inglaterra, El Salvador, Rússia, Guatemala, Canadá e Estados Unidos (SMEL, 2014).

A primeira equipe brasileira da modalidade do futebol de amputados tem sua fundação no ano de 1986, a Associação de Niteroiense de Deficientes Físicos (ANDF). Neste mesmo ano aconteceu a primeira competição nacional da modalidade na cidade de Linhares no Espírito Santo e com participação de apenas duas equipes (SMEL, 2014).

Outro marco foi no ano de 1990 em 24 de agosto quando foi fundada a Associação Brasileira de Desporto para Amputados (ABDA). Esta tem como objetivo representar e dirigir as atividades em eventos de seguimento nacional (SMEL, 2014).

O futebol de amputados até o presente ainda não entrou nos jogos paralímpicos como sendo mais uma das modalidades, mas os organizadores e representantes da prática estão buscando essa conquista (SMEL, 2014).

No futebol de amputados as regras tem algumas variações do futebol convencional, a equipe é composta com 7 jogadores, todos amputados. O jogador de linha tem uma das pernas amputadas e o goleiro um dos braços. Não tem limite de troca as partidas são disputadas em dois tempos de 25 min. A muleta não pode tocar a bola de forma intencional (SMEL, 2014).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todas as entrevistas foram feitas com os técnicos começando os questionamentos a respeito da formação destes, sendo que um afirma ter formação em licenciatura ampliada em Educação Física, e dois não tem formação superior.

Considerando o treinador um líder, vale ressaltar o estudo de Sonoo e Vieira (2008) sobre liderança no esporte, e neste projeto caracteriza a liderança como um processo internacional, onde esta liderança depende de características circunstanciais tanto por parte do líder quanto por parte de toda equipe.

Balbino (2005) traz um estudo sobre a formação de treinadores esportivos e nos resultados obtidos por ele, todos os treinadores, anterior à liderança de uma equipe esportiva, foram atletas das modalidades que estão à frente. E neste caso os técnicos para além da formação de vivência possui a formação superior em educação física com exceção de um que tem formação em outra área de estudo.

O resultado encontrado nesta pesquisa, quase dez anos depois da publicação do trabalho de Balbino (2005), é divergente na questão de formação superior, pois foi encontrado dois dos treinadores não possui a formação superior em nenhuma área de estudo. Mas por outro lado assim como Balbino (2005) encontrou sobre a vivência como atleta, neste trabalho as lideranças passaram pela fase de vivenciar ser atleta e hoje estão como treinadores de uma equipe na modalidade que praticaram.

No presente estudo realizado com treinadores, foi possível identificar nas respostas dadas pelas lideranças das equipes, que eles reconhecem a importância da experiência, mas os mesmos dizem que ter uma formação específica, e com apoio de outros profissionais poderiam realizar um trabalho melhor.

Os resultados obtidos com esta pesquisa corroboram com o trabalho de Pereira, Jesus aut. (2014) no ponto em se refere com a pouca oferta de cursos de formação de treinadores pelas federações e confederações esportivas brasileiras, sendo ainda mais raras em se tratando da formação de treinadores para do paradesporto.

Mas Costa e Santos (2002) asseveram que os resultados alcançados pelo país é incontestável, embora a realidade dos treinos esteja cheia de dificuldades que passam pela “falta de profissionais habilitados e adequadamente preparados para atuarem” com pessoas com deficiências.

E essa é uma realidade que se percebe com as resposta obtidas com os treinadores, vale destacar que as lideranças das equipes reconhecem a necessidade de mais informação e formação dentro do desporto para pessoas com deficiências. Costa e Santos (2002) defendem que um melhor preparo em métodos de treinamento, as possibilidades de avaliações física, e o uso das tecnologias científicas, podem melhorar ainda mais os resultados das equipes brasileiras de paralimpíadas.

Observa-se que pela resposta dos técnicos que ainda há uma dificuldade para encontrar profissionais formados para dirigir as equipes, o que condiz com Costa e Santos (2002), e isso pode interferir nos resultados dos grupos. Os próprios líderes declararam na entrevista que seria melhor ter um líder com formação e fazer um treinamento que possa melhorar fundamentos que não estão muito desenvolvidos e o uso de avaliações de condicionamento físico.

Em seguida foi perguntado aos técnicos o período de tempo que eles estavam atuando nas equipes e foi obtido as resposta de que, o que tem mais tempo de atuação começou em 2006 e o que teve início mais recente foi em 2011, lembrando que dois começaram como atletas, e um começou como voluntário na instituição para conhecer e quando surgiu a oportunidade assumiu a equipe.

Costa e Costa (2009) fazem um trabalho analisando o perfil de treinadores das categorias de base do futebol. Participaram do estudo 109 treinadores onde a média de idade de envolvimento com posição de treinador é de 10 anos. No trabalho de Balbino (2005) não é especificado a quantidade de tempo que os pesquisados estão na função como líderes das equipes, mas se percebe que tem algum tempo, pois é relatado que estes participam de competições nacionais e alguns até internacionais.

Observa-se que os treinadores que participaram da presente pesquisa, estão acompanhando a equipe a algum tempo, sendo o que é mais novo está a

mais de 3 anos, e este fato auxilia em seus trabalhos, pois estes já conhecem o potencial dos atletas e as dificuldades por eles enfrentadas e também conhecem a instituição e assim conseguem dar continuidade ao trabalho.

Seguindo com a entrevista, foi perguntado aos técnicos a quantidade de atletas e qual a faixa de idade desses. E as repostas obtidas chamam a atenção, pois todos foram unânimes, afirmam que há uma variante grande da idade dos atletas que compõem as equipes entre 15 a 50 anos. Este fato não acontece no esporte para pessoas sem deficiências. Essa grande diferença ocorre por que os convites para participar das equipes são feitos sem critérios específicos, pois todos que quiserem podem participar. Com relação ao número de atletas que participam também não é preciso, pois os treinadores não conseguem determinar a quantidade porque segundo eles há uma rotatividade muito grande.

Figueroa e Silva (2013) afirmam que o Brasil busca aumentar o número de medalhas conquistadas nas competições internacionais, mas no trabalho se destaca que o país chega aos eventos internacionais já em desvantagem com outras equipes, pois nem sempre conseguem uma equipe completa e na infraestrutura também está aquém do que outras equipes apresentam.

No trabalho de Costa e Santos (2002) é apontado como uma das dificuldades dos clubes a necessidade de se trabalhar os atletas, porque estes precisam juntamente com sua família compreender a “importância do esporte como fator preponderante no auxílio à reinserção do portador de deficiência na vida social.”

No trabalho de Pena (2013) “O acesso de pessoas com deficiência à prática esportiva está interligado ao ambiente que frequenta e aos profissionais com que interage”. Sendo nas associações e clínicas e outros locais o que pode limitar a prática, pelo tempo de treinamento, espaço inadequado e outros fatores.

Para os treinadores, estes são fatores que interferem em seus trabalhos, assim como Pena (2013) destaca em seu trabalho, que os atletas não tem um tempo hábil de treinamento, pois não podem dedicar-se totalmente ao treinamento tendo outros afazeres. E também como no estudo de Costa e Santos (2002) é importante o apoio da família para que estes possam treinar.

Na entrevista buscou-se saber a opinião dos entrevistados sobre como a instituição pública ou privada em que o esporte é filiado poderiam melhor atendê-los. E nas respostas disseram que essa colaboração viria como melhoria da estrutura do espaço físico. Dentre as respostas, mencionaram a possibilidade de um patrocínio que poderia ajudar o atleta e o técnico a se manterem no esporte e participando de campeonatos.

Sobre projetos de incentivo ao esporte, Figueroa e Silva (2013) fazem um estudo sobre os esportes olímpicos e paraolímpicos, evidenciando a lei de incentivo ao esporte, onde pessoas físicas ou jurídicas podem patrocinar e fazer doações a projetos esportivos e paradesportivos, e como incentivo ter descontos no imposto de renda devido. De acordo com o que foi observado pela entrevista, o que dificulta conseguir esse patrocínio é a burocracia.

No (CPB) há informações que para os atletas poderem fazer inscrições no programa do governo federal (bolsa atleta), um dos requisitos para ter direito a bolsa são os resultados obtidos nas competições de anos anteriores, tendo a colocação de 1° a 3° lugares no ranking nacional. Ou seja, o atleta por si só chega à vitória primeiro para depois conseguir uma Bolsa Atleta.

Figueroa e Silva (2013) traz que a mídia faz parte do desenvolvimento dos eventos esportivos, com a divulgação dos eventos de competições. Essas transmissões são com base na forma de patrocínio, ou seja, basicamente se tem ibope quem consegue patrocínio. E como o pradesporto não tem um auto ibope devido a essa baixa visibilidade na mídia há uma maior dificuldade de se conseguir patrocínios.

Neste sentido é notável que há poucos atletas que são beneficiados tanto com o programa Bolsa Atleta, quanto com patrocínios de empresas não governamentais justificando assim as poucas oportunidades e as grandes dificuldades enfrentadas no dia a dia de treinamentos e competições.

Buscando saber dos treinadores qual a opinião deles sobre os locais de treinamentos, as respostas apontam que os locais são considerados adequados. No entanto os treinadores da equipe do vôlei sentado afirma que o espaço é acessível por sua localização e de fácil acesso de ônibus, porém ele considera o espaço de

treinamento é pequeno, pois ele tem que dividir o mesmo com a equipe de tênis de mesa. Em contrapartida, os outros treinadores afirmam que os locais de treinamentos estão em regiões mais periféricas o que dificulta o acesso e se sentem até esquecidos pela instituição. Porém consideram os espaços de treinamento amplos.

Abaixo consta fotos que mostram as equipes em locais treinamento.

Figura1 local de pratica Vôlei sentado



<http://www.adfego.com.br/adfego/esportes>

Figura2 local de pratica Basquete em cadeira de rodas.



<http://www.adfego.com.br/adfego/esportes>

Figura3 local de pratica Futebol de amputados.



<http://passofirme.wordpress.com/2013/05/28/mogi-das-cruzes-sedia-vii-copa-do-brasil-futebol-de-amputados/>

Segundo Sasaki em Inclusões, Agenda deficiência (2005 p. 31)

O termo “acessibilidade” começou a ser utilizado com muita frequência nos últimos anos, em assuntos de reabilitação, saúde, educação, transporte, mercado de trabalho e ambientes físicos internos e externos. Com o advento do paradigma da inclusão e do conceito da diversidade humana deve ser acolhida e valorizada em todos os setores sociais comuns, hoje entendemos que acessibilidade não mais se restringem a aspecto arquitetônicos, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contexto que não arquitetônicos.

E nota-se pela fala dos entrevistados que são exatamente as barreiras não arquitetônicas que fazem dos locais de treinamento não acessíveis ou adequados. Se sobressai a distância como dificuldade e não ter um local onde se possa treinar apenas uma modalidade no ambiente.

Martins e Santos (2002) mostram em seu trabalho que no Brasil e em especial no paradesporto ainda há uma precariedade na infraestrutura das associações e clubes esportivos, faltam locais adequados para desenvolver a prática esportiva, matérias e equipamentos.

Ainda sobre as estruturas e investimentos no esporte, Figuerôa e Silva (2013), apontam alguns caminhos que podem trazer melhorias para o esporte brasileiro incluindo as modalidades paralímpicas: mais atenção ao trabalho inicial ou de base com captação dos técnicos e treinadores e preparação dos novos talentos e dar mais oportunidades a parcerias como as universidades.

No presente trabalho foi levantado com os entrevistados se são realizadas avaliações físicas. E nas respostas obtidas, 2 disseram não fazer as avaliações por não ter condições, pois faltam material humano, recursos financeiros e espaço físico suficientes. Já 1 declarou que faz as avaliações sempre em começo de temporada, afirma que gostaria de fazer avaliações com mais frequência e ainda inserir outros testes, mas enfrenta dificuldades como: falta de pessoas especializadas e espaço físico inadequado para poder executar as avaliações.

As avaliações físicas ajudam o treinador identificar em qual aspecto a equipe precisa melhorar e o que já vem sendo adquirido. No trabalho de Santos e Costa (2002) apresenta que já em 1996, o próprio Comitê Paralímpico Brasileiro, viu a importância dos profissionais das “universidades no programa de avaliação e treinamento dos atletas paraolímpicos”.

Observa-se que mais uma vez os técnicos enfrentam as dificuldades com falta de recursos financeiros e humanos para poderem realizar um trabalho diferente do que vem realizando, e todos reconhecem que é importante fazer avaliações periódicas, mas por falta de pessoas não o fazem.

Os treinadores falam das dificuldades pedagógicas encontradas por eles na sua prática e 2 afirmam que o fato de não serem formados dificulta o trabalho, a falta de incentivo por parte do estado e patrocínio também influenciam, e 1 afirma que a dificuldade é na falta de materiais teóricos e cursos especializados, o técnico pesquisado faz uma adaptação do que encontra no esporte olímpico para a modalidade paraolímpica que ele atua, afirma ser muito diferente e sente falta de material específico para a modalidade.

Os autores Rosado e Mesquita (2000), promovem uma discussão sobre formação de treinadores, asseverando que a formação deve ser de forma continuada, e que estes profissionais devem ter formação para além da acadêmica e científica. E que na atualidade as lideranças que estão à frente das equipes contam com o trabalho multidisciplinar.

É neste ponto que encontramos a problemática da falta de formação dos responsáveis que estão como líderes das equipes, os próprios reconhecem que não tiveram educação superior formal, e que isso prejudica o trabalho. Além disso,

reconhecem que a experiência e conhecimento de um profissional os ajudariam nos treinamentos das equipes.

Quando perguntado sobre curso e palestra que poderia ajudar a melhorar trabalho dos treinadores. As respostas fizeram menção a cada modalidade, no basquete a resposta foi sobre a necessidade em “Fazer uma clínica de basquetebol em cadeira de rodas no Estado”. No vôlei sentado o técnico cita que precisa aprimoramento em “avaliação e habilidades táticas dentro de quadra”. Já no futebol de amputados o responsável relata que “poderia ser um curso com o pessoal da Educação Física”.

Nota-se que os treinadores demonstram interesse em melhorar os seus trabalhos por meio de cursos e palestras e destaca-se a fala de um dos treinadores da necessidade de trazer o curso para Goiás, pois os que ele já participou foram de clínicas ou cursos ocorridos fora do estado de Goiás.

Outra pergunta realizada nesta pesquisa foi sobre a percepção dos técnicos se seria interessante uma parceria com a universidade, se essa poderia auxiliar nos trabalhos e como. E as respostas foram unânimes de que essa parceria seria muito positiva para a instituição e poderia ajudar nos treinamentos. Um dos treinadores destaca que seria positiva para a integração entre conhecimento e prática.

Segundo Souza (2013), um professor de Educação Física tem que ter uma noção básica de esportes convencionais e dos esportes paraolímpicos. Pois ele poderá atuar em qualquer uma das áreas seja em clubes, associações esportivas e escolas ou outros ambientes que se possa realizar essas práticas.

Segundo Martins e Santos (2002):

Desde 1996, o comitê Paraolímpico Brasileiro, despertou para a necessidade de envolver os profissionais das universidades no programa de avaliação e treinamento dos atletas paraolímpicos com vistas à sua participação nas olimpíadas de Atlanta. Nesta ocasião, um programa completo de avaliação médica, laboratorial e da condição física.

Neste sentido comprova-se que os treinadores e atletas seriam beneficiados nas práticas paraolímpicas com o incentivo do governo ou patrocinadores e ainda com a parceria das universidades na formação dos treinadores e outras áreas

ligadas ao paradesporto. Tais como: professor de Educação Física, fisioterapeutas, nutricionistas, médicos entre outros.

Conclusão

Observa-se que a história da parolimpíadas ainda é recente e que se encontra em constante crescimento. Esse fato tem interferência no Brasil onde o início foi ainda mais tardio e que está em processo de desenvolvimento. Observa-se que o paradesporto está em constante desenvolvimento no Brasil, resultando em um número cada vez maior de modalidades disputadas, e a cada competição mais atletas disputando medalhas e com isso ganhando posições no quadro geral de medalhas.

Com o estudo da situação regional realizado através da pesquisa, constatou-se que o paradesporto em Goiás é pouco incentivado e o apoio para as equipes é ainda insuficiente para a demanda dos atletas. As pessoas que são responsáveis pelos treinos fazem um trabalho com resultados consideráveis, entretanto a falta de profissionais formados é um fato relevante que precisa da atenção dos envolvidos no desporto paraolímpico.

Os resultados obtidos com esta pesquisa indicam a pouca oferta de cursos de formação de treinadores pelas federações e confederações esportivas brasileiras, sendo ainda mais raras em se tratando da formação de treinadores para o paradesporto.

Por parte dos entrevistados foi possível observar que estes estão abertos para parcerias com as universidades, pois os técnicos acreditam que poderia beneficiar ambas as partes. Seria um vínculo positivo na formação dos estudantes, que abriria mais uma área de conhecimento e experiências para os graduandos e em contrapartida os treinadores teriam mais tempo para se dedicar aos treinos propriamente.

É preciso também mais estudos sobre este assunto buscando solucionar ou minimizar as barreiras que os treinadores enfrentam com falta de literatura voltada para o desporto paraolímpico.

Enfim o presente estudo conclui-se que para continuar os avanços nas práticas paradesportivas em Goiás é preciso um maior investimento com melhora no espaço de treinamento, em recurso financeiros para os atletas e em recursos pessoais por meio de formação de treinadores e parcerias com outras áreas.

Bibliografia

COSTA. I.T.; SAMULSKI.D.M.; COSTA. V.T. Análise do perfil de liderança dos treinadores das categorias de base do futebol brasileiro. **Revista brasileira de Educação Física Esportiva**: São Paulo, v.23, n.3, p.185-94, jul./set. 2009. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092009000300001&script=sci_arttext ; acessado em outubro/2014.

HARDT, FABIO; Qualidade de vida dos praticantes de modalidades paradesportivas da instituição OMDA. Trabalho de conclusão de curso (bacharel) –Curso de Educação Física, **Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL**, Santa Catarina, 2011. Disponível em: http://busca.unisul.br/pdf/104994_Fabio.pdf ; acessado em outubro/ 2014.

MARQUES, R. F. R. et al. Esporte olímpico e paralímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Revista brasileira de Educação Física Esportiva**: São Paulo, v.23, n.4, p.365-77, out./dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092009000400006&script=sci_abstract&tlng=pt ; acessado em janeiro/ 2015

SOUSA. T. L. FERNANDES, K. B.; PERCURSO SEM BARREIRAS: A vida de jovens do paradesporto cearense. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Mossoró - RN – 12 a 14/06/2013. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0689-1.pdf> ; acessado em outubro/ 2014

GORGATTI, M. G.I; COSTA, R. F.; Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri: **Ed. Manole**, 2005.

WINCKLER, Ciro; MELLO, Marco Tulio de. Esporte Paralímpico. 1ª edição. Rio de Janeiro: **Ed. Atheneu Rio**, 2012.

CPB – COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Esportes>Jogos Paraolímpicos. Disponível em:<<http://www.cpb.org.br/esportes/jogos-paraolimpicos>>. Acesso em: outubro de 2013.

SMEL futebol de amputados. História. Disponível em: <http://www.futeboldeamputadosmogi.com.br>. Acesso em: outubro de 2014.

GOMES, A. I. S. RIBEIRO, B. G. SOARES, E. A.; Caracterização nutricional de jogadores de elite de futebol de amputados. **Rev Bras Med Esporte**. Vol. 11, Nº 1 – Jan/Fev., 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922005000100002 ; Acesso em: outubro de 2014.

PEREIRA, A.R. et al. Formação e capacitação de treinadores de basquete em cadeiras de rodas do estado de Goiás. **Revista da Sobama**, Marília, v. 15, n. 2, p. 21-24, Jul./Dez., 2014. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/sobama/article/view/4180> ; acessado em janeiro/ 2015

BALBINO, HERMES FERREIRA.; Pedagogia do treinamento: método, procedimentos pedagógicos e a múltiplas competências do técnico nos jogos desportivos coletivos. Tese (Doutorado em Educação Física) – **Faculdade de Educação Física, UNICAMP**: Campinas 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000347950> ; Acesso em: setembro/2014

FIGUERÔA, K. M. MEZZADRI, F. M. SILVA, M. M.; RIO 2016: possibilidades e desafios para o esporte brasileiro. **Motrivivência**; Ano XXV, Nº 41, P. 140-154 Dez./2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n41p140/25832> ; outubro de 2014

MARQUES, RENATO FRANCISCO RODRIGUES; O esporte paralímpico Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu.; Tese (Doutorado Faculdade de Educação Física) – **Pós Graduação de Educação Física. UNICAMP**: Campinas 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000779796> ; Acesso em: setembro/2014

ROSADAS, SIDNEY DE CARVALHO; Sucesso de pessoas portadoras de deficiência através da pratica esportiva: um estudo de caso. Tese (Doutorado em Educação Física) – **Pós- Graduação em Educação Física, UNICAMP**. Campinas 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000202937> ; outubro de 2014

MIRON, EDISOM MARTINS; DA PEDAGOGIA DO JOGO AO VOLEIBOLSENTADO: possibilidades inclusivas na educação física escolar. Tese (Doutorado em Educação Física) – **Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física, UFSCAR**. São Carlos 2011. Disponível em: http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4316 ; Acesso em: setembro/2014

CASTELLANO, MÁRCIA LOMEU.; Classificação funcional no basquete sobre rodas: critérios e procedimentos. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – **Pós – Graduação Faculdade de Educação Física, UNICAMP**. Campinas 2001. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000265151>; Acesso em: setembro/2014

MIRANDA, TATIANE JACUSIEL; Comitê paralímpico brasileiro: 15 anos de história. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Pós – Graduação Faculdade de Educação Física, UNICAMP. Campinas 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000842332>; Acesso em: setembro/2014

PENA, LUÍS GUSTAVO DE SOUZA. O esporte paraolímpico na formação do profissional de Educação Física : percepção de professores e acadêmicos. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Pós – Graduação Faculdade de Educação Física, UNICAMP. Campinas 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000902349>; Acesso em: setembro/2014

COSTA, A. M. SANTOS, S.S.; Participação do Brasil nos jogos paraolímpicos de Sydney: apresentação e análise. **Rev Bras Med Esporte** Vol. 8, Nº 3 – Mai/Jun., 2002.

BRAZUNA, M. R.; CASTRO, E. M. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento: uma revisão da literatura. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 7, n.2, p. 115-123, jul-dez, 2001.

INSTITUTO MUITO ESPECIAL: 2008.

GIOIA, F. M. SILVA, P.F. R. PEREIRA, E. G.P.; O voleibol sentado: uma reflexão bibliográfica e histórica. **Revista Digital – Buenos Aires** – Numero 125- outubro de 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd125/o-voleibol-sentado-um-reflexao-bibliografica-e-historica.htm>

MARCONI, M. A. LAKATOS, E.M.; Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisa, amostragem técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. Edição 6, São Paulo, **Editora Atlas S.A.** 2007.

SONOO, C.N.HOSHINO E.F. VIEIRA, L.F.: Liderança esportiva: estudo da percepção de atletas e técnicos no contexto competitivo. Psicologia: **Teoria e Prática** – 2008,

ROSADO, A. MESQUITA, I.: A FORMAÇÃO PARA SER TREINADOR. Faculdade de Desporto. **Universidade do Porto**. Disponível em: <http://areas.fmh.utl.pt/~arosado/afpsr.pdf> acessado em: janeiro de 2015.

LUCKE, M. ANDRE, M. E.D.A.: Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. São Paulo, **Editora Pedagógica e Universitária** 1986.

Barbosa, Ana Maria: Inclusões, Agenda deficiência. Rede Saci; São Paulo: **Fundação Banco do Brasil**, 2005. Disponível em : <http://areatecnica.sibi.usp.br/images/7/7b/InclusoesULegal.pdf> ; acessado em 21 de fevereiro de 2016.

Anexos A

Entrevista

1. Você possui algum curso superior (Qual?) ou de capacitação que lhe auxilie no trabalho com esta modalidade?
2. A quanto tempo desenvolve este trabalho? Como optou por trabalhar com treinamento esportivo para pessoas com deficiência?
3. Quantos atletas estão inseridos no projeto? E qual a faixa etária deles?
4. Como ocorre a inserção dos alunos ao projeto? As instituições tendem a encaminhá-los para este tipo de prática esportiva? Quais instituições encaminham?
5. Você obtém algum incentivo financeiro de alguma instituição privada ou governamental? Quais? De que forma?
6. De que forma os parceiros deste projeto, sendo de uma instituição pública ou não, poderiam melhor atendê-los?
7. Você acredita que os locais de treinamento são acessíveis para os atletas/pessoas com deficiência? O que poderia melhorar?
8. Você realiza alguma avaliação periódica com seus atletas para fundamentar o treinamento? Quais avaliações você gostaria de fazer e não tem condições?
9. Quais as dificuldades pedagógicas e técnicas que enfrenta em seu trabalho?
10. Você possui um conhecimento aprofundado de treinamento desportivo? E sobre as deficiências? Fora a Clínica.
11. Quais os cursos/palestras que poderiam melhorar a qualidade de seu trabalho?
12. Vocês já tiveram algum vínculo com Universidades? Se sim, por quanto tempo?
13. Como a Universidade pode contribuir para oferecer um melhor desempenho em suas aulas?
14. - Mais alguma coisa que queria dizer?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**AS CONDIÇÕES DE TREINAMENTO DOS ESPORTES PARADESPORTIVOS
COLETIVOS DE GOIÁS.**

Trabalho apresentado para
obtenção do título de Licenciado (a) em
Educação Física pela Universidade
Federal de Goiás, sob orientação do
professor Dra. Vanessa Helena Santana
Dalla Déa.

Esta Monografia foi revisada após a defesa em banca e está aprovada.

Goiânia, dezembro de 2015



Prof. Dra. Vanessa H. Santana Dalla Déa

Prof/a. (Dra. Vanessa Helena Santana Dalla Déa)

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS
ELETRÔNICAS REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG**

1. Identificação do material bibliográfico monografia:

Graduação Especialização

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso

Autor (a):	Laise Noleto Faleiro		
E-mail:	laisenoletod.fisica@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Título:	As condições de treinamentos dos esportes paradesportivos coletivos de Goiás		
Palavras-chave:	Esporte coletivo. Deficiência		
Título em outra língua:			
Palavras-chave em outra língua:			
Data defesa: (18/02/2016)			
Graduação/Curso Especialização:	Educação física licenciatura		
Orientador (a)*:	Dra. Vanessa Helena Santana Dalla Déa		

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

Termo de autorização

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RIUFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? Sim Não

Permitir modificações em sua obra?

Sim

Sim, contanto que outros compartilhem pela mesma licença .

Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Local e Data Goiânia 03 de março de 2016

Laise Noleto Faleiro

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais